



ÁREA pode abrigar um hotel, e o valor previsto da venda é de R\$ 30 milhões

Moradores contra venda de shopping

Eles prometem entrar na Justiça caso a Prefeitura da Serra leve a leilão área do antigo Shopping do Povo, em Laranjeiras

Fernando Mendes

Moradores de Laranjeiras, na Serra, prometem entrar na Justiça contra a prefeitura do município caso o antigo Shopping do Povo, que fica no bairro, seja vendido em um leilão.

Na última semana, conforme **A Tribuna** publicou com exclusividade, o secretário de Desenvolvimento Econômico da Serra, Jessé Moura Marques, anunciou que pretende vender a área, com mais de 30 mil metros quadrados, para que empresários possam construir um hotel no local. O valor gira em torno de R\$ 30 milhões.

Depois da publicação, moradores do bairro procuraram o jornal para protestar contra a decisão da administração municipal.

Eles defendem que a área é pú-

blica e deveria ser utilizada para construção de algo que contemplasse diretamente a comunidade.

“A empresa que quiser construir um hotel, que compre outra área. Se for preciso, vamos entrar na Justiça”, reclamou o morador Lauro Queiroz Rabelo.

O vice-presidente da Associação de Moradores de Laranjeiras, Valter Antônio Matiazzi, alega que na região já existe um hotel.

“Tem que ser feito algo em benefício do bairro. Se tivesse uma central de serviços para a população, ajudaria a todos”, pondera.

ENTENDA O CASO

- > **A PREFEITURA** da Serra anunciou que até o final do ano irá lançar um edital para leiloar o área de cerca de 30 mil metros quadrados que abriga o antigo Shopping do Povo, localizado no bairro Laranjeiras.
- > **A ESPECTATIVA** é que ele seja vendido por cerca de R\$ 30 milhões.
- > **DIANTE** da notícia, moradores do bairro protestam e dizem até que vão entrar na Justiça caso a negociação seja levada adiante.

Dinheiro para investimento

A Prefeitura da Serra pretende utilizar os cerca de R\$ 30 milhões que pode ganhar com a venda do antigo Shopping do Povo para construir escolas, unidades de saúde e até novas estradas.

Foi o que explicou ontem o coordenador de governo do município, Iranilson Casado Pontes.

“A legislação é bem clara quanto aos recursos vindos de venda de imóveis. Eles só podem ser usados

em investimentos, como em unidades de saúde, escolas e estradas. São obras, sejam elas civis ou de infraestrutura. Não podem ser usados em custeio ou pagamento de pessoal”, explica Pontes.

Questionado se o assunto será discutido com os moradores do bairro Laranjeiras, onde o imóvel está localizado, ele informou que “não existe obrigatoriedade de fazer audiência pública”.